

**HABEAS CORPUS Nº 515.476 - RJ (2019/0168278-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
THAIS CAMPOS VIEITAS ALVES - RJ121716  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PACIENTE** : PAULO CESAR GOMES DO NASCIMENTO JUNIOR (PRESO)

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. ROUBO SIMPLES. DOSIMETRIA DA PENA. SUPOSTA ILEGALIDADE NA VEDAÇÃO DA ATENUANTE GENÉRICA DO ART. 65, III, *D*, DO CP. PROCEDÊNCIA. CONFISSÃO QUE, EMBORA PARCIAL, FOI UTILIZADA PARA FUNDAR A CONDENAÇÃO DO PACIENTE. INCIDÊNCIA NA HIPÓTESE. REDIMENSIONAMENTO. COMPENSAÇÃO COM A REINCIDÊNCIA (RESP n. 1.341.370/MT, REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA). REGIME INICIAL DE PENA. MODIFICAÇÃO. SÚMULA 269/STJ.

Ordem concedida nos termos do dispositivo.

**DECISÃO**

Neste *habeas corpus*, impetrado em favor de **Paulo Cesar Gomes do Nascimento Junior** – condenado, como incurso no art. 157, *caput*, do Código Penal, à pena de 4 anos e 8 meses de reclusão, em regime inicial fechado (Apelação Criminal n. 0247081-60.2017.8.19.0001, do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) –, sob alegação de que a confissão, ainda que parcial, viabiliza a incidência da atenuante do art. 65, III, *d*, do Código Penal, requer-se, inclusive em caráter liminar, a aplicação da atenuante genérica e a sua compensação com a agravante da reincidência.

É o relatório.

A ordem merece concessão.

Da leitura da sentença e do acórdão impugnado, verifica-se que a confissão do paciente, embora parcial, foi utilizada como fundamento para a condenação (fls. 19 e 51):

[...]

Apesar da confissão parcial do acusado, pois o mesmo afirmou que teria apenas arrebatado o celular e fugido, as circunstâncias em que se deram os fatos não

deixam dúvidas de que houve ameaça com a impossibilidade de resistência de JULIANA, uma vez que o denunciado impôs terror psicológico à vítima, intimidando-a e, ainda o mesmo a empurrou para lograr êxito na conduta criminosa. Frise-se que a subtração do bem mediante atitude ameaçadora já é suficiente para a configuração do mencionado ilícito penal.

Repiso que ao ser apresentado à vítima em sede judicial, o acusado foi reconhecido como autor do fato, portanto, não restam dúvidas de que PAULO praticou o delito na forma narrada na denúncia.

[...]

[...]

A materialidade e a autoria do delito de roubo restaram plenamente demonstradas nos autos. Aquela pelo registro de ocorrência policial e essa pela prova oral produzida que não deixou qualquer dúvida da ocorrência do delito e de que o apelante foi seu autor. O apelante, em seu arrazoadado, não discute a autoria do crime, já que, inclusive, confessou parcialmente a prática da infração penal, cingindo-se a controvérsia na pretensão de desclassificação da conduta para a de furto simples, bem como, no pleito subsidiário de reconhecimento da prática do crime em sua modalidade tentada.

[...]

Tal o contexto, o paciente faz jus à incidência da atenuante (confissão espontânea), pois, segundo entendimento pacífico desta Corte Superior, é obrigatória a atenuação da pena, mesmo no caso de confissão parcial, desde que utilizada para fundamentar a condenação (Súmula 545/STJ).

Redimensionando a pena, entendo como adequada a compensação da referida atenuante com a agravante da reincidência, na esteira do entendimento firmado no REsp n. 1.341.370/MT (representativo da controvérsia), o que implica a fixação da pena do paciente em 4 anos de reclusão.

Fixo o regime inicial semiaberto para o cumprimento da pena, pois, embora reincidente, o paciente ostenta circunstâncias judiciais favoráveis (pena-base no mínimo legal), circunstância que viabiliza a fixação do regime intermediário, nos termos do entendimento firmado na Súmula 269/STJ.

Ante o exposto, **concedo liminarmente** a ordem a fim de reduzir a pena imposta ao paciente a 4 anos de reclusão, em regime inicial semiaberto (Ação Penal n. 0247081-60.2017.8.19.0001, da 29ª Vara Criminal da comarca do Rio de Janeiro/RJ).

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

